

ABRIL PRESS



FOTO POLICIA FEDERAL



A "Compañia", na rua Colorado: aqui começou o seqüestro de Lillian

SEQÜESTRO

# A farsa desmorona

*Uma unidade secreta do Exército uruguaio agiu no Brasil com policiais gaúchos*

**A** menos de um mês de sentença final do juiz Moacir Danilo Rodrigues, encarregado do processo sobre o seqüestro de quatro exilados uruguaioes em Porto Alegre, em novembro de 1978, surgiram reveladoras informações não só da participação da polícia gaúcha no desaparecimento de Lillian Celiberti e Universindo Díaz do apartamento em que viviam, como também da atividade, em território brasileiro, de soldados e oficiais da "Compañia de Contrainformaciones" do Exército uruguaio. Segundo um depoimento capaz de merecer fé, a operação foi armada, em Montevideu, pelo coronel Calixto de Armas, que, além de discutir detalhes com colegas brasileiros, articulou também um sistema de comunicações especial para o acompanhamento da operação.

Os soldados e oficiais uruguaioes, segundo essa narrativa, chegaram à fronteira com o Brasil num caminhão seguido por uma kombi e um automóvel Fiat. Os militares viajavam com documentação falsa, inclusive o chefe da operação, capitão Ferro. Segundo essa mesma narrativa, o investigador do DOPS gaúcho Orandir Portassi Lucas, o Didi Pedalada, reconhecido como

um dos seqüestradores que mantiveram Lillian Celiberti presa em seu apartamento, estava na equipe de policiais brasileiros que entregou aos uruguaioes, na cidade de San Miguel, os dois jovens e os dois filhos de Lillian. Confirmou-se também que ela, depois de atravessar a fronteira escoltada pelos policiais brasileiros, no dia 14 de novembro foi trazida de volta a Porto Alegre, presa, em companhia do capitão uruguaio Ferro, para servir de isca na captura de outros militantes do Partido da Vitória do Povo, organização clandestina na qual militava.

**SERIAM MORTOS** — A manutenção de Lillian no apartamento, pelo que se sabe agora, só não foi prolongada porque o seqüestro foi descoberto em Porto Alegre. Antes de ser trazida de volta ao Brasil, Lillian Celiberti foi torturada em território uruguaio. Pelas informações recolhidas em depoimentos recentes, sabe-se que Lillian Celiberti e Universindo Díaz deveriam ser mortos, por ordem do capitão Ferro, depois de chegarem ao Uruguai. Possivelmente, isso não sucedeu porque a imprensa brasileira noticiou o desaparecimento dos dois. Ferro, acredita-se, era uma

das pessoas que estavam no apartamento quando a operação ocorreu, com a chegada dos jornalistas Luiz Claudio Cunha e J.B. Scalco, de VEJA.

As primeiras revelações sobre a atividade de militares uruguaioes em território brasileiro dão conta de que, segundo um depoimento, o major Rosset, bem como o sargento Manoel Rodríguez, ambos uruguaioes, estiveram em Porto Alegre em missões de espionagem. Tentaram inclusive infiltrar-se na casa do advogado Omar Ferri, que tratava junto às autoridades brasileiras do caso do seqüestro. Conforme tais revelações, quando o comboio com os seqüestradores chegou a Montevideu, as crianças foram entregues aos avós maternos e Lillian e Universindo levados para um prédio baixo, que ocupa meio quarteirão em frente à rua Colorado, no bairro de Rincones. Por trás das grandes janelas gradeadas do prédio, protegido por guaritas de pedra, operam os discretos homens da "Compañia de Contrainformaciones" do Exército uruguaio.

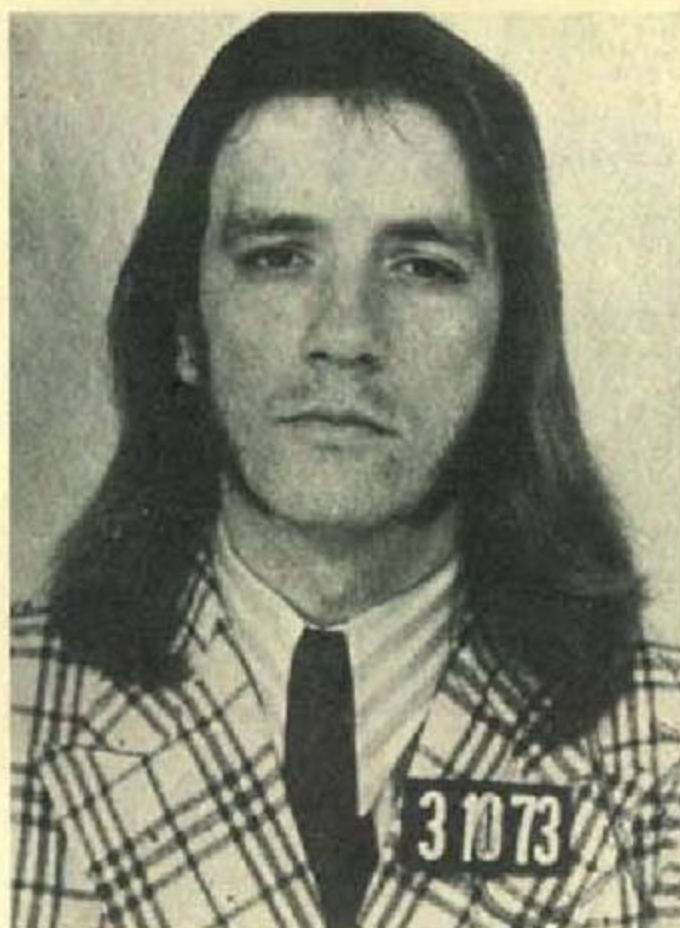
A "Compañia" atua sob orientação pessoal do comandante do Exército, general Luis Queirolo, promovido logo após o seqüestro em substituição ao general Gregorio "Goyo" Alvarez. Entre outras coisas, Queirolo registra em seu expediente militar ter sido o inquisidor, quando coronel, da prisioneira brasileira Flávia Schilling, recentemente libertada pelas autoridades de Montevideu. Manobras anteriores da polícia gaúcha tentaram provar, sem êxito, que os exilados uruguaioes jamais haviam cruzado a fronteira pela cidade de Chuí — muito menos em compa-

nhia de militares uruguaios e policiais brasileiros, entre eles o delegado Pedro Seelig. Agora, diante das evidências de participação no seqüestro do policial João Augusto da Rosa, o "Irno", apontado pelas testemunhas como o chefe da operação no apartamento de Lilian, surgem, misturados às provas do crime, mais documentos suspeitos destinados a inocentá-lo.

**FOTO SUSPEITA** — Na manhã de terça-feira passada, pouco antes de reinquirir os jornalistas Luiz Claudio Cunha e J.B. Scalco, testemunhas involuntárias do seqüestro, o juiz Moacir Rodrigues, da 3.ª Vara Criminal de Porto Alegre, anexou aos autos do processo algumas fotos antigas de Irno que se chocam com sua fisionomia atual: em algumas, está de bigode, ornamento que o policial diz jamais ter adotado; em outras, exibe uma vasta cabeleira — Irno diz que é careca há muitos anos.

Duas fotos fazem parte de cópias fotostáticas das fichas de pedido de emprego e do registro de funcionários de Irno no Unibanco, onde trabalhou como motorista, em 1976. Ao material fornecido pelo banco ao juiz, contudo, foi acrescentada uma terceira folha, à qual foi colado o original de uma fotografia 3x4 do policial, sem maiores explicações. Nela, Irno está de bigode, mas exibe uma calvície que ajudaria em sua defesa, desmentindo a acusação dos jornalistas.

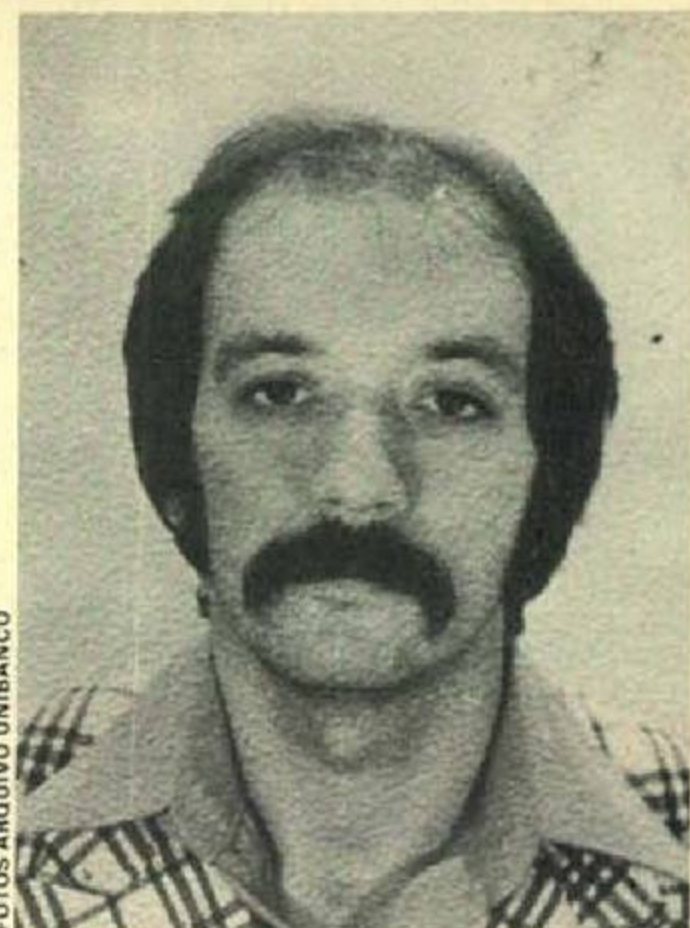
A origem suspeita de tal "prova", contudo, poderia ser demonstrada na manhã de sexta-feira, no Departamento Regional de Pessoal do Unibanco, responsável pela remessa dos documentos à Justiça. Visivelmente nervoso, o chefe do departamento, José Leonardo



Irno: cabeludo no Banrisul...

Goulart da Silva, tentou explicar a José Onofre, chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre, de que modo o banco agira para atender ao pedido da Justiça. Fez uma consulta à sede do Unibanco, em São Paulo, por malote, e recebeu as cópias fotostáticas igualmente por malote. "São Paulo tirou as duas cópias dos registros de Rosa e as enviou", disse Goulart da Silva. Só duas? "Só duas", garantiu o funcionário, negando que em Porto Alegre houvesse qualquer fichário de ex-empregados, pois toda a documentação é microfilmada e guardada na sede paulista.

**CASOU CARECA** — Irno parece ter ainda outros defensores ou pessoas dispostos a garantir sua inocência. No escritório da Transportes Aéreos Portu-



... e careca em foto suspeita

gueses (TAP), no centro de Porto Alegre, seu sogro, Carlos Ilte Caetano da Silva, está indignado. "O João é careca desde jovem. Quando ele casou já não tinha mais cabelo na frente da cabeça", jura. "A fotografia que a VEJA publicou, dele cabeludo, só pode ser uma dessas montagens feitas por mau artista, um chinelão." Irritado, fez ameaças: "Estamos juntando todas essas reportagens e, quando ficar provada a inocência de João, vamos entrar na Justiça contra a VEJA. Isso tudo é difamação, e queremos dinheiro, muito dinheiro".

Tanto Caetano da Silva como seus cinco funcionários do escritório da TAP, que Irno frequenta com assiduidade, certamente sabem que a calvície do policial nasceu repentinamente, com o seqüestro. A foto de Irno apresentada à Justiça pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, onde ele também trabalhou, mostra o policial com uma vasta cabeleira. A data da foto é 3 de outubro de 1973 — exatamente o ano do casamento de Irno, ao qual Caetano da Silva jura ter o futuro genro se apresentado careca. Disposto a provar o que dizia, em uma conversa anterior o gerente da TAP já tinha convocado seus funcionários para corroborar as informações sobre a careca de Irno. Além de alguns murmúrios, notou-se apenas que justamente o primo do policial, Paulo Roberto Azambuja, abandonou sua mesa, nervoso, e foi esconder-se no banheiro, onde ficou até a saída do repórter.



Seelig, Irno e Didi: os sócios brasileiros da "Compañía"



RICARDO CHAVES

do da família Celiberti no Brasil, Omar Ferri, foram retirados de suas celas nos presídios de Libertad e Punta de Rieles dois dos quatro presos utilizados para localizar Lilian Celiberti em Porto Alegre: Luiz Alonso e Marlene Chauquelt. Também saiu de Libertad o militante do PVP Carlos Amado Castro Acosta, o primeiro a ser preso em Montevideu, na corrente de detenções que levou ao seqüestro no Brasil. Ninguém sabe onde eles estão. ●

MATO GROSSO

## Vôo suicida

*Piloto apaixonado queria vingar-se da mulher*

Silva: "Queremos muito dinheiro"

dar seu depoimento, o proprietário do apartamento onde residia Lilian Celiberti, Jaime Plavnik, informou ao juiz que o contrato de locação fora expedido em duas vias, ficando o original com ele e a cópia com a exilada uruguaia. Surpreso, o promotor Dirceu Pinto constatou que o documento que integra os autos do inquérito promovido pela Polícia Federal é a segunda via do contrato — aquela que deveria estar com Lilian. Há meses o promotor buscava tal documento, já que a primeira via, segundo Plavnik, desaparecera. "Se a cópia estava com Lilian e nem a Polícia Federal nem a estadual admitem ter falado ou estado com ela, quem juntou o documento aos autos? E onde e com quem o obteve?", pergunta Dirceu Pinto.

Há poucos dias, segundo o advoga-

Os quarenta hóspedes do Hotel Presidente, no centro da pequena cidade mato-grossense de Barra do Garças, mal haviam acordado quando escutaram o ronco forte de um motor de avião. Alguns associaram o vôo rasantemente à exibição de algum piloto, espetáculo freqüente nas manhãs de domingo. Mas dez pessoas que conversavam na calçada fronteira ao hotel reconheceram o monomotor "Sertanejo" e fugiram do local: era o piloto Mauro Chaves Milhomem, 22 anos, que decidira arremessar o avião contra o hotel de sua sogra para se vingar da mulher, que o havia traído. Errou o alvo. Antes de alcançar o prédio de dois andares, pintado de verde, o monomotor bateu num poste, cortou uma árvore ao meio, destruiu um escritório de contabilidade e explodiu. Mauro e seis das pessoas que estavam na calçada morreram.

Estilhaços do "Sertanejo" se espalharam pela praça Tiradentes — e pedaços da vida conjugal de Mauro por toda a cidade e também pela vizinha Aragarças, em Goiás, separada de Barra do Garças pelo rio Araguaia. Ao longo da semana passada, Mauro ganhou a imagem de um kamikase apaixonado, disposto a morrer para castigar a esposa. O casamento com Ângela, três anos mais velha, durou apenas seis meses. Mauro, ciumento, reprovava sua extroversão nas conversas com os hóspedes de dois hotéis da mãe, Antônia Resprandes da Paz.

Na quinta-feira anterior ao acidente, eles tiveram a última briga, Ângela deixou a pequena casa em Aragarças, onde moravam, e foi para o hotel da mãe. Mauro, piloto há dois anos, ficou um dia sem trabalhar e deu prazo até 9 horas de domingo para que a fugitiva voltasse. Exatamente nesse horário ele a procurou — sem êxito. Saiu direto para o aeroporto, tomou um copo de água e pediu a dois frentistas para prepararem um dos seis aviões da Táxi Aéreo Garapu — empresa que o contratara como piloto a 1.º de abril último, por 30 000 cruzeiros mensais. Decolou sem apresentar plano de vôo e sem autorização da torre de controle. Três minutos depois, espatifou na praça Tiradentes o "Sertanejo" 721 C, fabricado em 1976 pela Embraer e avaliado em 2,5 milhões de cruzeiros. "Dos males, foi o menor", admitiu o administrador da Garapu, Dalto Queiroz — de fato, Mauro poderia ter matado todos os hóspedes do hotel. A sogra, refeita do susto, continua a dirigir os hotéis Presidente e Presidente Júnior. A viúva Ângela descansa no interior de Mato Grosso. ●



GASPAR PEREIRA NETO

O alvo era o hotel, mas o avião caiu na praça, matando o piloto e seis pessoas que estavam na calçada